



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. INTRODUÇÃO

Este estudo faz parte do planejamento do processo licitatório descrito a seguir, com o objetivo de assegurar a eficiência no uso de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias. Fornecimento saneantes domissanitários, incluindo o treinamento para uso dos produtos, o transporte e equipamento diluidores, para limpeza e higienização das unidades de saúde, dos veículos para transporte de pacientes e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133)

Fornecimento de saneantes domissanitários, incluindo o treinamento para uso dos produtos, o transporte e equipamento diluidores, para limpeza e higienização das unidades de saúde, dos veículos para transporte de pacientes e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde, é preciso pelos motivos:

- **Controle de Infecções:** Saneantes domissanitários são essenciais para eliminar micro-organismos patogênicos em superfícies e ambientes, reduzindo o risco de infecções hospitalares.
- **Segurança dos Pacientes:** Criação de um ambiente seguro para pacientes, reduzindo o risco de infecções adquiridas no ambiente hospitalar.
- **Proteção dos Profissionais de Saúde:** O fornecimento e uso adequado de saneantes domissanitários, junto com treinamento e protocolos de higiene, são medidas fundamentais para alcançar este objetivo.
- **Imagem Institucional:** Melhoria na qualidade do serviço de saúde oferecido, aumentando a confiança e satisfação dos usuários do sistema de saúde.
- **Eficiência Operacional:** produtos eficazes facilitam e agilizam os processos de limpeza, otimizando o tempo e os recursos da equipe de limpeza.
- **Conformidade Legal das regulamentações e normas de saúde pública.** Portanto, é uma medida indispensável para garantir um ambiente de trabalho seguro, organizado, limpo e eficiente, além de assegurar a qualidade dos serviços prestados à população.

3. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

Informa-se que, embora esta seja uma contratação recorrente e prevista para atender às demandas anuais, o produto especificado neste estudo não foi incluído no Plano Anual de Contratações (PAC) para o exercício de 2024. Portanto, a aquisição será realizada de forma excepcional, visando atender a uma necessidade urgente e não contemplada no planejamento inicial.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)**

Para a contratação de produtos de limpeza e higienização, é importante definir requisitos claros que garantam a qualidade dos produtos, a regularidade no fornecimento e o cumprimento das normas legais.

DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO:

- a) Capacidade Técnica: O fornecedor deve comprovar experiência prévia no fornecimento de materiais semelhantes, apresentando atestados de capacidade técnica de contratos anteriores com órgãos públicos ou privados de saúde.
- b) Registro e Certificação: Os produtos devem estar de acordo com as normas e regulamentações da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), especialmente no que se refere à utilização de produtos em áreas de saúde, como desinfetantes, saneantes hospitalares e detergentes.
- c) Produtos Hospitalares: Para a UPA e veículos, os produtos de limpeza devem ser específicos para uso hospitalar, com propriedades desinfetantes e sanitizantes adequadas para ambientes de alto risco, como álcool 70%, detergentes enzimáticos, e desinfetantes de amplo espectro.
- d) Apresentar laudo de estabilidade do produto após diluição, comprovando que o produto mantém suas características e eficácia por no mínimo 30 dias, conforme as boas práticas de fabricação e controle de qualidade.
- e) Laudos Técnicos: Será exigido que o fornecedor apresente laudos técnicos de eficácia, especialmente para produtos que necessitam de controle de qualidade rigoroso, como desinfetantes hospitalares e produtos para higienização de veículos e áreas de pronto atendimento.
- f) Licença Sanitária Estadual ou Municipal: Deve atestar a conformidade do estabelecimento com as normas sanitárias vigentes. Essa licença é essencial para garantir que as atividades realizadas, especialmente no setor de saúde e saneamento, sejam conduzidas de forma segura e de acordo com a legislação.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- g) A empresa contratada deverá fornecer, em regime de comodato, o equipamento diluidor necessário para a utilização dos produtos, sem qualquer custo adicional para a contratante. O diluidor deverá ser entregue devidamente calibrado e em perfeito estado de funcionamento.
- h) Os diluidores deverão ser instalados em todas as 16 unidades de saúde, além da Unidade Central e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA).
- i) A empresa contratada deverá fornecer treinamento completo e detalhado sobre o uso correto dos produtos e diluidores para as equipes responsáveis pela limpeza e higienização nas 16 unidades de saúde, na Unidade Central e na UPA.
- j) O treinamento deverá abranger tanto a manipulação e diluição dos produtos quanto os procedimentos de segurança, armazenamento adequado e descarte correto.



- k) O treinamento deve ser presencial e poderá incluir material didático e suporte técnico adicional para garantir o entendimento pleno dos colaboradores.

5. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

Para realizar uma estimativa precisa da quantidade de material de limpeza, foram considerados diversos fatores essenciais:

- **Número de Unidades:** Foi avaliado o número de unidades que utilizarão os materiais de limpeza, a análise considerou o volume de atividades e a frequência de uso de cada unidade para definir a quantidade adequada de cada tipo de produto.
- **Normas e Regulamentos:** Foram verificadas as normas e regulamentações aplicáveis à área da saúde, assegurando que os materiais de limpeza utilizados atendam aos requisitos legais e aos padrões de segurança estabelecidos.

Esses fatores foram fundamentais para garantir uma estimativa precisa e a adequação dos materiais de limpeza utilizados, assegurando que as unidades de saúde e veículos de transporte recebam o suprimento necessário para manter ambientes seguros e limpos, de acordo com as melhores práticas e normas vigentes.

6. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

Para atender à demanda, de aquisição de produtos de limpeza, foram avaliadas diferentes alternativas estratégicas para a contratação, considerando a viabilidade econômica e a adequação às necessidades específicas. Algumas das alternativas viáveis incluem:

- **Compra Direta de Fornecedores Especializados:** Adquirir produtos de limpeza diretamente de fornecedores que se especializam em produtos para instituições de saúde, ou outras grandes instalações.
- **Compras Online em Plataformas de Varejo:** Utilizar plataformas online de grandes varejistas para adquirir produtos de limpeza. Facilitando a comparação de preços e produtos.
- **Utilização de Produtos de Limpeza Sustentáveis:** Optar por produtos de limpeza ecológicos e sustentáveis que têm menor impacto ambiental.
- **Contratação de empresa especializada:** Implementação de um processo licitatório, permitindo a seleção de fornecedores pré-qualificados com base em propostas de preço e condições previamente estabelecidas.
- **Parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs) ou Entidades Filantrópicas:** Estabelecimento de parcerias com ONGs ou entidades filantrópicas para aquisição de materiais específicos, aproveitando recursos disponíveis na sociedade civil.

Entre as opções avaliadas, decidiu-se pela contratação de uma empresa especializada por meio de um processo licitatório. Esta abordagem foi



considerada a mais viável e eficiente para atender às necessidades, a escolha pela modalidade de licitação oferece diversas vantagens significativas, pois permite à administração pública comparar diferentes propostas e selecionar a mais vantajosa, garantindo um uso mais eficiente dos recursos financeiros. A transparência do processo reduz o risco de irregularidades e fortalece a confiança na gestão dos recursos públicos, assegurando que os produtos de limpeza atendam aos requisitos e às especificações necessárias. Isso não apenas garante a adequação dos produtos às exigências do trabalho, mas também assegura a durabilidade e eficácia dos produtos utilizados. Essa modalidade de contratação reflete um compromisso com a eficiência, a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)

O valor estimado para esta contratação é de R\$ 273.615,00 (duzentos e setenta e três e seiscentos e quinze reais), para os produtos de limpeza necessários. Ressalta-se que essa estimativa de preços é preliminar e tem como objetivo facilitar a seleção da melhor solução para a contratação, bem como avaliar sua viabilidade, garantindo a eficiência na utilização dos recursos públicos.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

A solução proposta envolve a contratação de uma empresa especializada para o fornecimento de produtos de limpeza destinados às unidades de saúde, veículos de transporte sanitário e à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos. O objetivo é assegurar que todas as unidades estejam continuamente limpas e higienizadas, garantindo um ambiente seguro e adequado tanto para os pacientes quanto para os profissionais de saúde. Essa iniciativa visa promover condições sanitárias que previnam a proliferação de infecções e assegurem o conforto e segurança dos usuários. A solução abrange:

- a) Fornecimento de Produtos de Limpeza e Higienização:** A empresa contratada deverá fornecer uma variedade de produtos essenciais, como desinfetantes hospitalares, detergentes multiuso, sabões líquidos, limpadores de superfícies e produtos específicos para veículos e áreas críticas das unidades de saúde.
- b) Atendimento às Normas Regulatórias:** Todos os produtos deverão atender às normas sanitárias e regulamentações da ANVISA, garantindo que os ambientes sejam higienizados de acordo com os padrões exigidos para instituições de saúde.
- c) Logística e Entrega:** A solução inclui a entrega periódica e programada dos produtos às unidades, conforme o cronograma estabelecido. Isso assegura o fornecimento contínuo e evita a falta de materiais essenciais para a manutenção dos ambientes.



- d) Capacitação e Suporte Técnico:** A empresa deverá fornecer instruções e, quando necessário, treinamento sobre a utilização adequada dos produtos de limpeza, especialmente aqueles de uso especializado em áreas de saúde.
- e) Sustentabilidade:** Sempre que possível, será dada preferência a produtos ecológicos e biodegradáveis, alinhando a solução com práticas de sustentabilidade e preservação ambiental.

Essa abordagem holística visa garantir a máxima eficiência na limpeza e higienização das instalações de saúde, contribuindo para a segurança e o bem-estar de todos os envolvidos, além de promover a continuidade e a qualidade dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

A aquisição dos itens não será realizada por meio de grupos ou lotes, considerando que a natureza dos objetos exige que a disputa ocorra de forma individualizada por item. Essa abordagem visa garantir o melhor aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo mercado e maximizar a competitividade entre os fornecedores.

Quanto ao parcelamento dos itens, a legislação pertinente determina que a divisão em parcelas será feita na medida em que for técnica e economicamente viável. Dessa forma, a licitação será conduzida por item, conforme previsto legalmente, garantindo uma maior eficiência no processo. Adicionalmente, cada item deverá incluir um treinamento presencial obrigatório, que poderá ser complementado com material didático e suporte técnico especializado, assegurando que os colaboradores adquiram um entendimento completo e adequado para o uso do produto.

No cenário em que cada item seja adjudicado para fornecedores diferentes, cada empresa vencedora será responsável por ministrar o treinamento específico relacionado ao seu respectivo produto. Essa segmentação garante que as particularidades técnicas de cada item sejam abordadas de maneira precisa, evitando generalizações que possam comprometer a qualidade do uso dos materiais adquiridos. Ao promover essa abordagem, o processo de licitação mantém o equilíbrio entre a otimização dos recursos de mercado, o estímulo à competitividade e a manutenção de uma economia de escala eficiente.

10. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

A contratação para o fornecimento de produtos de limpeza, visa alcançar resultados significativos em termos de economia e otimização de recursos, além de promover a boa higienização dos ambientes, provocando bem-estar aos pacientes. Espera-se que, com essa medida, sejam atingidos os seguintes objetivos:

- **Melhoria da Higiene e Limpeza:** Garantir que todas as unidades e veículos estejam limpos e higienizados para evitar a propagação de germes e doenças.



- Redução de Reclamações: Diminuir o número de reclamações dos pacientes sobre a limpeza.
- Economia de Custos: Reduzir os custos gerais com produtos de limpeza, mantendo ou melhorando a qualidade.
- Eficiência Operacional: Aumentar a eficiência das operações de limpeza, permitindo que o trabalho seja realizado mais rapidamente e com menos desperdício.
- Segurança: Garantir que os produtos de limpeza utilizados sejam seguros para todos que frequentam as unidades.

Esses benefícios reforçam o compromisso com a eficiência administrativa e a qualidade na prestação dos serviços de saúde pública no município de Dois Vizinhos, assegurando maior eficácia no atendimento à população.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

| Relação de Gestor e Fiscais | |
|---------------------------------|---------------------------------------|
| Gestor: | Claudete Meurer |
| Fiscal Administrativo: | Andrea Regina Pellin Cagnini |
| Fiscal de Recebimento/Execução: | Jaqueline Cordeiro dos Santos Almeida |
| Suplentes: | Tairone Alan Mezzomo |

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não se aplica, pois não há demandas correlatas.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

Na contratação de uma empresa para fornecimento de produtos de limpeza, alguns possíveis impactos ambientais podem surgir, especialmente relacionados à produção, uso e descarte desses produtos. Alguns exemplos incluem:

1. **Poluição da Água:** Muitos produtos de limpeza contêm substâncias químicas que, quando descartadas no ralo, podem acabar nos rios, lagos e oceanos, poluindo a água e prejudicando a vida aquática.
2. **Emissões de Produtos Químicos Voláteis (VOCs):** Alguns produtos de limpeza liberam compostos orgânicos voláteis no ar, que contribuem



para a poluição do ar e podem causar problemas de saúde, como irritação dos olhos e dificuldades respiratórias.

3. **Produção de Resíduos:** O uso de embalagens não recicláveis ou descartáveis para produtos de limpeza pode gerar grandes quantidades de lixo, contribuindo para a poluição do solo e a superlotação dos aterros sanitários.
4. **Impacto na Vida Selvagem:** Produtos químicos tóxicos podem prejudicar a vida selvagem se não forem descartados adequadamente. Animais podem ingerir resíduos químicos ou serem afetados por poluição do habitat.
5. **Degradação do Solo:** Alguns produtos de limpeza podem contaminar o solo, afetando negativamente a qualidade do solo e a saúde das plantas.

Para minimizar esses impactos ambientais, é importante que a empresa contratada leve em consideração critérios de sustentabilidade, como a utilização de materiais recicláveis, a implementação de programas de reciclagem e logística reversa, a redução do desperdício durante a produção e o uso de práticas de fabricação eco-friendly. Além disso, a conscientização quanto a destinação correta dos produtos, também pode contribuir para minimizar os impactos ambientais associados a essa contratação.

14. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

A conclusão é que a contratação da empresa especializada é plenamente viável. Essa medida é vantajosa, pois garante qualidade, segurança e eficiência na utilização nos serviços diários. Além disso, promove o uso responsável dos recursos públicos e demonstra compromisso com a sustentabilidade ambiental.

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Não se aplica.

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico;
- Critério de julgamento: Menor Preço por item;
 - Modo de disputa: O modo de disputa será aberto,



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Não se aplica

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Análise de risco encontrasse em anexo.

19. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

As informações contidas no presente Estudo Preliminar ASSUMEM CARÁTER ABERTO, portanto, deverão ter acesso público.

Dois Vizinhos, 02 de outubro de 2024.

CLAUDETE MEURER

Gestora de Saúde

Área requisitante

Matrícula Funcional 17949-1